

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO
E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**REQUERIMENTO Nº , de 2017.
(Do Sr. Marcon e outros)**

Requerer a realização de Audiência Pública para debater a execução dos programas de compras públicas de alimentos, no âmbito do PAA e do PNAE.

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos regimentais, em especial aos arts. 255 e 256, a realização de Audiência Pública, com os convidados abaixo relacionados, a fim de debater a execução dos programas de compras públicas de alimentos, no âmbito do PAA e do PNAE:

- Exmo. Sr. Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento Social
- Exmo. Sr. Secretário Nacional de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário
- Exmo. Sr. Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab
- Exmo. Sr. Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação
- Representante da CONTAG

- Representante da CONTRAF
- Representante da Via Campesina

JUSTIFICATIVA

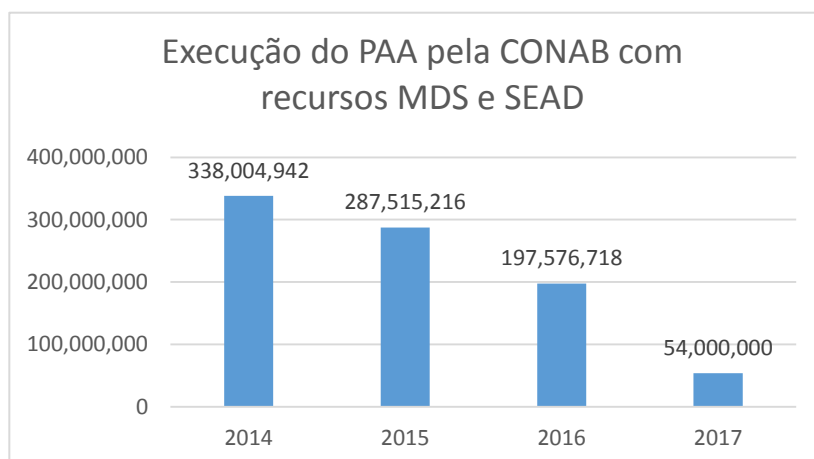
Ao longo dos últimos anos, dois programas muito importantes para a ampliação da renda da agricultura familiar foram implementados pelo Governo Federal: o PAA – Programa de Aquisição de Alimentos e o PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar.

O PAA é operacionalizado pela CONAB, com recursos do MDS e da Secretaria de Agricultura Familiar - SEAD e também operado pelo próprio MDS, em parceria com Estados e Municípios.

Já o PNAE é operacionalizado pelo FNDE/MEC, por meio dos Estados e Municípios.

Ocorre que os recursos orçamentários para estes programas estão definhando e, conseqüentemente, impactando na renda da agricultura familiar, que está ficando alijada deste mercado institucional.

Para se ter ideia do que está ocorrendo, observem a redução orçamentária que está ocorrendo com a CONAB:

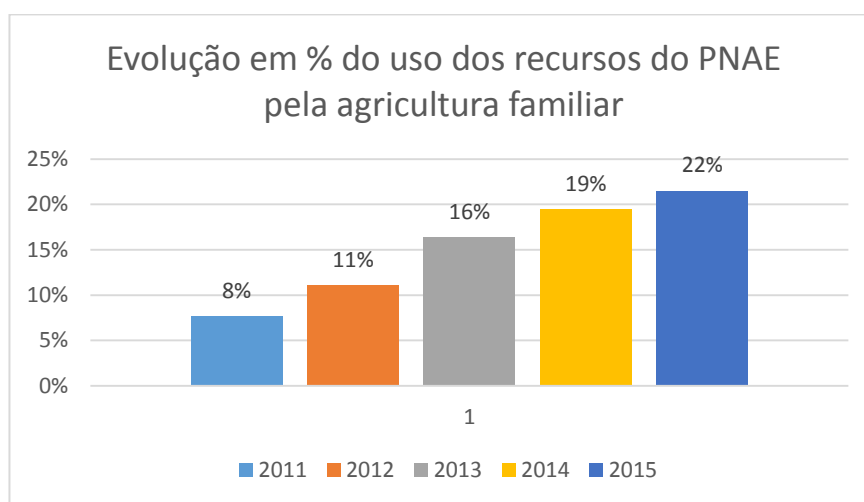


O total de recursos provenientes da SEAD ou do MDSA repassados à Conab em 2016 possibilitaram a comercialização de 88.120 toneladas de alimentos produzidos por 29.318 agricultores familiares organizados em Cooperativas ou Associações que apresentaram 845 projetos.

Ou seja, quase 30 mil agricultores forem beneficiários em 2016.

Com a redução para apenas R\$ 54 milhões para 2017, estima-se que 8.000 famílias, no máximo, poderão comercializar sua produção por meio do PAA.

No caso do PNAE, a aquisição de alimentos da agricultura familiar vinha em ritmo crescente, como demonstra o gráfico abaixo, em percentuais de utilização dos recursos disponíveis para a compra da agricultura familiar.



Os 22% do orçamento do PNAE em 2015 representaram compras de alimentos da ordem de R\$ 700 milhões. Ou seja, a participação da agricultura familiar e da reforma agrária no PNAE só cresce nos últimos anos.

Então, com as preocupações dos efeitos da paralisação do Governo Federal nas políticas públicas, com os impactos da PEC de teto de gastos, temos todos os motivos para estarmos preocupados com a execução destas políticas públicas de compras de alimentos.

Os prejudicados são os agricultores familiares, assentados, indígenas, quilombolas, pescadores entre outros, mas muito prejudicados também serão os alunos das escolas públicas, os pacientes dos hospitais, os idosos nos asilos, as creches e outros equipamentos públicos que recebem estes recursos.

Por isto, entendemos que este debate será muito importante para que a agricultura familiar não perca esta importante modalidade de comercialização da sua produção.

Contamos com o apoio dos nobres pares nesta Comissão.

Sala da Comissão, em 04 de julho de 2017.



Dep. Marcon PT/RS

Dep. Nilto Tatto PT/SP

Dep. João Daniel PT/SE

Dep. Zeca do PT PT/MS